

Terça-Feira, 10 de Fevereiro de 2026

Operação Imperium bloqueia R\$ 43 milhões e mira facção em quatro estados

Tolerância Zero

Redação

A Polícia Civil deflagrou na manhã desta terça-feira (10) a Operação Imperium, com o cumprimento de 61 ordens judiciais voltadas à desarticulação e à asfixia financeira de uma facção criminosa investigada por lavagem de dinheiro mediante o uso sistemático de documentação falsa.

Ao todo, são cumpridos 12 mandados de prisão preventiva, 14 de busca e apreensão, quatro sequestros de imóveis avaliados em mais de R\$ 4 milhões, 10 sequestros de veículos de luxo e o bloqueio de contas bancárias de 21 investigados, no montante de até R\$ 43 milhões.

As ordens foram expedidas pelo Núcleo de Justiça 4.0 do Juiz de Garantias de Rondonópolis, com base em investigações conduzidas pela Gerência de Combate ao Crime Organizado (GCCO) e pela Delegacia Especializada de Repressão ao Crime Organizado (Draco), de Cuiabá.

Os mandados são cumpridos em Rondonópolis, onde está o núcleo empresarial e os operadores patrimoniais do grupo criminoso, além dos estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No Paraná, o alvo é a principal operadora financeira da facção; em Minas Gerais, o responsável pela operacionalização da compra de imóveis; e, no Rio de Janeiro, operadores patrimoniais ligados ao esquema.

A operação conta com policiais da GCCO e da Draco de Cuiabá, com apoio da Coordenadoria de Enfrentamento ao Crime Organizado (Cecor), da Delegacia Regional de Rondonópolis e das Polícias Civis do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Investigações

A investigação teve como foco o patrimônio ilícito construído e movimentado por um núcleo da facção criminosa liderado por G.R.S., conhecido como “Vovozona”, apontado como liderança do grupo na região sul de Mato Grosso. Considerado de alta periculosidade, ele está foragido desde 14 de julho de 2023, quando não retornou ao Centro de Ressocialização Industrial Ahmenon Lemos Dantas, em Várzea Grande, após saída autorizada para trabalho extramuros.

Após a fuga, as apurações indicaram que o foragido, a esposa e pessoas sob sua influência passaram a utilizar documentos falsos para abrir contas bancárias e empresas de fachada, com o objetivo de ocultar e dissimular recursos de origem criminosa, além de adquirir bens móveis e imóveis para uso pessoal e ostentação.

Segundo a Polícia Civil, empresas registradas em Rondonópolis recebiam valores de integrantes da facção e reintroduziam o dinheiro no mercado formal por meio da compra de veículos, imóveis e repasse de lucros aos

membros do grupo, caracterizando o esquema de lavagem de dinheiro.

De acordo com o delegado responsável pelas investigações, Marlon Luz, o objetivo da operação é atingir diretamente o poder financeiro da facção. “As medidas pessoais e patrimoniais visam garantir a continuidade da investigação e tentar reverter aos cofres do Estado os bens e valores ilícitos, após o devido processo legal”, afirmou.

Imperium e Renorcrim

O nome Imperium faz referência ao patrimônio ilícito construído pela facção ao longo de dois anos. A ação integra o planejamento estratégico da Polícia Civil dentro da operação Inter Partes, do programa Tolerância Zero, do Governo de Mato Grosso.

A operação também faz parte das ações da Rede Nacional de Unidades Especializadas de Enfrentamento das Organizações Criminosas (Renorcrim), coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, que articula estratégias integradas de inteligência para o combate contínuo às facções criminosas em todo o país.